

Políticas familiares nos contextos de fecundidade muito baixa: o que se pode aprender com a experiência europeia?

Teresa Castro Martín
Consejo Superior de Investigaciones Científicas

Resumo

Atualmente não há dúvidas que o declínio fecundidade pode chegar a níveis muito abaixo do nível de reposição — a literatura especializada considera como uma fecundidade muito baixa de 1,3 filhos por mulher ou menos, como já se observa em vários países desenvolvidos. O que ainda não está claro é quão baixo o nível da fecundidade poderá chegar e se essa queda livre se espalhará para os países em desenvolvimento.

Na Europa, os padrões predominantes foram revertidos no século passado e agora a menor fecundidade ocorre nos países do Sul e do Leste. O caso da Espanha é paradigmático, pois passou de 2,8 filhos por mulher na década de 1970, bem acima da média europeia dessa época (2,1), para 1,15 filhos por mulher em 1998, o nível mais baixo do mundo na época.

Diversos estudos mostraram como esta fecundidade muito baixa está ligada à crescente precarização do trabalho entre jovens (e não tão jovens), o escasso apoio público às responsabilidades de procriação, as dificuldades de conciliar trabalho, vida pessoal e familiar e a persistente desigualdade de gênero no trabalho de cuidados.

Cabe mencionar que esta questão está muito presente na agenda global. De acordo com as pesquisas sobre políticas relacionadas à população, realizadas periodicamente pela Divisão de População das Nações Unidas, 28% dos países do mundo e 62% dos países com taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição adotaram políticas orientadas a aumentar as taxas de fecundidade.

No entanto, a experiência com essas políticas revela que não existem “receitas mágicas” para incentivar a fecundidade ou para reduzir as barreiras econômicas, sociais e institucionais que dificultam a realização das preferências reprodutivas de indivíduos e casais.

É por isso que podemos aprender com a experiência de outros países. Embora a avaliação da efetividade política concreta sobre o nível de fecundidade de uma sociedade seja uma tarefa complexa - é difícil isolar o efeito de uma política específica de outras políticas relacionadas e outros fatores condicionantes - e que nem todas as políticas são transferíveis de um contexto para outro, podemos tirar algumas lições ou pelo menos nos envolvermos em um debate informado.

Diante desse desafio potencial, e tendo em mente o rápido declínio da fecundidade na América Latina, é conveniente nos perguntarmos o que podemos aprender com a experiência europeia, bem como quais são os limites dessa experiência, particularmente em termos de suas possibilidades de replicação na região.

Neste sentido, esta apresentação irá rever em maior detalhe a implantação histórica de políticas para aumentar a fecundidade em diferentes países da Europa.

Embora seja complexo estabelecer uma relação causal direta entre políticas para apoiar famílias e o nível de fecundidade ou quantificar seu impacto específico, devido à multiplicidade de fatores que condicionam as decisões reprodutivas, com base na experiência de países europeus que conseguiram estabilizar sua taxa de fecundidade em um nível próximo da reposição, nesta apresentação nos concentraremos em algumas políticas públicas que potencialmente facilitariam as pessoas a realizarem suas aspirações reprodutivas, tais como:

- a) Facilitar a emancipação econômica e residencial dos jovens adultos por meio de políticas ativas de emprego, estabilização do trabalho e acesso à moradia
- b) Acesso universal aos tratamentos de reprodução assistida em saúde pública (na Espanha, 8,6% das crianças nascidas em 2015 o fizeram com a ajuda de técnicas de reprodução assistida.).
- c) Licença de maternidade e paternidade: progressos no sentido da equiparação.
- d) Proteção de mães (e pais) trabalhadores: além da proteção legal.
- e) Adaptação da legislação familiar e das políticas públicas à pluralização de formas familiares
- f) Universalização no acesso s escolas infantis de qualidade.
- g) Políticas que promovam a conciliação - evitando direcioná-las apenas às mulheres e incorporando plenamente os homens - e a organização mais flexível do tempo de trabalho.
- h) Políticas que promovam a equidade de gênero na esfera pública e familiar, bem como a co-responsabilidade no cuidado.

Em suma, são políticas que contribuem para uma redistribuição mais equitativa da responsabilidade pública e privada pela criação dos filhos, e que consideram os recursos mobilizados para esse fim não como um gasto, mas como um investimento no futuro.